ÁREA TEMÁTICA: DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA

CAPACITAÇÃO DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE: UMA POSSIBILIDADE DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA INTRAFAMILAR

Apresentador[1] KULEK, Luciane
Apresentador[2] PIVA. Hellen Maysa
Autor[3] CAROLLI. Deivid Ricardo
Autor[4] HOLZMANN. Liza
Autor[5] SOUZA. Virginia

RESUMO – Este artigo tem como objetivo apresentar ações que compõem o projeto: "Conhecer, Capacitar e Prevenir: uma proposta de enfrentamento da violência familiar contra crianças e adolescentes no município de Ponta Grossa – PR", do Departamento de Serviço Social, da Universidade Estadual de Ponta Grossa, através do sub-projeto: "Capacitação dos agentes comunitários de saúde da Unidade Horácio Droppa, para a prevenção das violações contra os direitos da criança e do adolescente", que estão sendo desenvolvidas, no bairro Borsato. Esta capacitação compõe uma das linhas de intervenção do projeto de combate a violência contra crianças e adolescentes. Apresenta como objetivo central capacitar e orientar agentes comunitários de saúde com relação à prevenção e manifestação da questão da violência, em especial a violência familiar. As ações seguem a proposta de discutir acerca da violência familiar, tipos de violência, além de promover momentos de reflexão sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Utiliza-se neste momento, de oficinas com dinâmicas de grupo, vídeos, especialistas que abordam temas transversais perpassando a questão da violência. Deste modo, apesar das oficinas estarem em andamento, alguns resultados já podem ser observados nas discussões apresentadas pelos Agentes Comunitários de Saúde. Um dos pontos a se destacar sobre as oficinas é que, mesmo não possuindo um conceito pronto do que seja a violência, os agentes comunitários de saúde conseguem perceber as manifestações e a presença da violência no cotidiano de suas ações profissionais, porém destacam a dificuldade de denunciarem por fazerem parte da própria comunidade, mesmo sabendo a que órgãos recorrer quando da ocorrência do fato.

PALAVRAS CHAVE – Prevenção, multiplicadores, violação de direitos.

Introdução

Iniciamos a discussão a respeito da violência intrafamiliar contra a criança e a adolescência, pontuando que a mesma se localiza nas relações entre adultos/crianças e ou adolescentes de maneira a se caracterizar como um problema de âmbito social. Dentro destas relações entre adultos e crianças e ou adolescentes atinge todas as esferas de relacionamentos (familiar, educacional, afetivo, grupal, consectário etc.), colocando-se assim como um problema de saúde pública que requer uma intervenção efetiva e contínua na promoção de estratégias de enfrentamento deste tipo de violência.

[1] Graduanda, acadêmica do curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Ponta Grossa lunekulek@yahoo.com.br.
[2]Graduanda, acadêmica do curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Ponta Grossa, hellenpiva@hotmail.com.
[3]Graduando, acadêmico curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Ponta Grossa, david-bueno-lobo@hotmail.com.
[4] Mestre, professora do curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Ponta Grossa, lizaholzmann@yahoo.com.br.
[5] Mestre, professora do curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Ponta Grossa, vssato@yahoo.com.br.

O sub-projeto: “Capacitação dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) da Unidade de Saúde da Família Horácio Droppa, para a prevenção das violações contra os direitos da criança e adolescentes”, tem por intento a promoção de agentes que interfiram na realidade social como promotores dos direitos e proteção contra a violência infanto-juvenil no ambiente familiar.

Observando que os Agentes Comunitários de Saúde da família, do município de Ponta Grossa, têm como objeto de intervenção a saúde no ambiente familiar e entendendo que a violência contra criança e adolescente se constitui um problema de saúde pública, concluímos que os ACS se constituem como sujeitos significativos para o enfrentamento desta violência.

Para capacitar estes agentes promotores da construção de uma nova realidade social que coloque a infância e a adolescência em um patamar de respeito de dignidade humana construindo assim “uma cultura na qual a Infância e também a Adolescência sejam amadas, compreendidas e valorizadas” (GUERRA, 2001, p.10), promoveu-se o planejamento de uma capacitação que aborda os conceitos centrais da violência infanto-juvenil através de sete (07) oficinas conforme o cronograma. (ver abaixo).

Fonte: Subprojeto de capacitação

Objetivos

-Capacitar multiplicadores que identifiquem, intervindo e/ou denunciando, os casos existentes de violência contra a criança e o adolescente no município de Ponta Grossa.

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

DATA	HORÁRIO	ATIVIDADES
17/04 (Sexta-Feira)	8:00 às 9:00 h	**“Sensibilização”**: Contrato/ Enquete/ Motivação.
24/04 (Sexta-Feira)	8:00 às 9:00 h	**“Violência e Sociedade”**: definição Geral de Violência.
05/05 (Terça-Feira)	14:00 às 15:30 h	**“Tipos de Violência”** :conceituação dos tipos de Violência.
15/05 (Sexta-Feira)	8:00 às 9:00 h	**“Aproximação com o ECA”**: artigos 4º e 5º e capítulos I e II, dos direitos fundamentais.
22/05 (Sexta-Feira)	8:00 às 9:00 h	**“Mídia e Violência”:** leitura de reportagens sobre violência e reflexão sobre o conteúdo aprendido nas oficinas anteriores.
29/05 (Sexta-Feira)	8:00 às 9:00 h	**“Atribuições do Conselho Tutelar”**: competências do Conselho Tutelar, com palestrante convidado.
02/06 (Terça-Feira)	14:00 às 15:30 h	**“Feedback”** : reaplicação da enquete – para avaliação/ Dinâmica/ Avaliação Comunitária/ Confraternização.

-Promover, através de um processo de capacitação junto aos profissionais das equipes de saúde da família, momentos de discussão sobre a questão da violência contra a criança e o adolescente, estimulando a denúncia dos casos detectados pelos mesmos.

Metodologia

No mês de março do ano de 2009, os acadêmicos e as professoras responsáveis pelo projeto tiveram o primeiro contato com a enfermeira responsável pela Unidade de Saúde Horácio Droppa, no bairro Borsato, no município de Ponta Grossa, tendo este encontro o objetivo de levantar expectativas entre ambos sobre o projeto: Conhecer, Capacitar e Prevenir: uma Proposta de Enfrentamento da Violência Familiar contra Crianças e Adolescentes no município de Ponta Grossa. A proposta foi apresentada e, após o parecer favorável da equipe da Unidade de Saúde, os extensionistas deram início à preparação da capacitação. Ficou estabelecido que as oficinas ocorreriam semanalmente, para que os Agentes Comunitários de Saúde não perdessem o contexto e a continuidade do tema trabalhado.

Dessa forma, foi decidido que seriam sete oficinas. A primeira oficina denominada **“Sensibilização”** foi desenvolvida com o objetivo de motivar os Agentes Comunitários de Saúde. Aplicou-se, também, um questionário com o intuito de identificar a percepção dos participantes, e seu

posicionamento, acerca da temática violência contra a criança e adolescente. Foi utilizada, nesse dia, uma dinâmica denominada Contrato, em que o grupo, incluindo os extensionistas, pontuaram regras de participação, assumindo o compromisso de cumprir horários e de participação efetiva entre ambas as partes. Outro recurso empregado foi a veiculação de um vídeo denominado "O Poder da Visão", para a motivação dos participantes, trazendo à reflexão o potencial que cada um tem para realizar seus sonhos e desejos.

No segundo encontro, **"Violência e Sociedade**", a metodologia utilizada foi um jogo de perguntas contendo o conceito de violência. Inicialmente os acadêmicos distribuíram ao grupo participante cartões com os seguintes questionamentos: O que é violência? Por que a violência é considerada um problema de saúde pública? Quais os tipos de violência? Por que as mulheres em situação de violência de gênero permanecem por longo tempo nesta situação? Em que classes sociais os maus tratos contra crianças e adolescentes mais ocorrem? Por que os pais maltratam os filhos?

Isto se deu para que, divididos em duplas, refletissem e discutissem uma das questões, e depois expusessem para todo o grupo suas conclusões. Em um segundo momento, as duplas receberam um material com embasamento teórico, podendo assim discutir novamente a temática, para apresentar as definições na visão de vários autores trabalhados, abrindo para a discussão do grupo como um todo.

Posteriormente, cumpriu-se o terceiro dia de trabalho, com a execução da oficina **"Tipos de Violência**". Para tanto, o grupo utilizou uma apostila confeccionada pela equipe extensionista, baseada em autores que pesquisam esta temática, contendo a definição de: Violência, Negligência, Violência Psicológica, Violência Sexual e Violência Física. Outro material aproveitado na ocasião foi a cartilha: ENFRENTAMENTO DOS MAUS-TRATOS CONTRA A CRIANÇA E ADOLESCENTE, Manual do profissional da educação para a identificação e conduta (CEVES - Comissão Municipal Permanente de Estudo, Análise e Enfrentamento as Violências físicas, psicológicas e exploração sexual).

Como seqüência do trabalho a ser desenvolvido, o encontro seguinte, denominado **"Aproximação com o ECA**[6]" tratou dos artigos 4º e 5º e capítulos I e II, dos direitos fundamentais da criança e do adolescente. Os participantes receberam um exemplar do ECA, e como recurso visual utilizou-se de cartazes com o conteúdo a ser trabalhado.

No quinto encontro **"Mídia e Violência**", a ser realizado em 22/05, serão distribuídas reportagens que tratem do tema violência contra crianças e adolescentes, para que os participantes possam fazer uma reflexão e discussão dos conteúdos apreendidos nas oficinas passadas, com o objetivo de reforçar, com uma metodologia diferente da anteriormente trabalhada, a compreensão dos Agentes Comunitários de Saúde sobre a violência contra crianças e adolescentes.

Na semana seguinte, na oficina intitulada **"Atribuições do Conselho Tutelar**" os extensionistas levarão um profissional convidado para falar sobre as competências do Conselho Tutelar.

Na última oficina, **"Feedback**", haverá a reaplicação do questionário do primeiro encontro, neste momento para avaliar os resultados das sete oficinas trabalhadas, com o intento de perceber as modificações na percepção dos Agentes Comunitários de Saúde sobre a temática violência contra criança e adolescente, para assim o grupo poder avaliar o efeito que a capacitação surtiu nos participantes.

Resultados

As ações tiveram inicio no mês de março deste ano, junto à Unidade de Saúde Horácio Droppa. Desde o início do sub-projeto de capacitação dos agentes comunitários de saúde, para prevenção das violações dos direitos da criança e do adolescente, foram realizados quatros encontros, dos quais participaram aproximadamente 15 pessoas, perfazendo um total de 60 atendimentos.

Durante o desenvolvimento das atividades constatamos, através do questionário aplicado no primeiro encontro, que os profissionais possuem uma certa percepção do que seja violência, num âmbito geral. A princípio não têm um conceito elaborado sobre a questão, porém trazem elementos do cotidiano profissional, exemplificando principalmente com relação à violência física. Apesar de conhecerem os órgãos de defesa da criança e do adolescente, apontam as dificuldades em denunciarem os casos de violência, com receio de sofrerem represálias, por fazerem parte da mesma comunidade com a qual desempenham suas atividades profissionais.

[6] Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8.069 de 13 de julho de 1990.

Ainda subsidiadas pelo questionário, ficou evidente, nas respostas das ACS que conhecem o Estatuto da Criança e do Adolescente, porém de forma parcial. Esta oficina serviu de base para que os extensionistas pudessem elaborar os demais encontros.

Na segunda oficina, denominada **"Violência e Sociedade",** quando abordado o conceito geral sobre violência, utilizando como apoio um jogo de perguntas, conseguimos a efetiva participação dos agentes comunitários. Ao se colocarem sobre os possíveis casos de violência contra criança e o adolescente, mencionaram que alguns casos podem passar despercebidos e de difícil identificação uma vez que o abuso sexual é permeado pelo "silêncio" entre os que sofrem este tipo de violência, como também a violência psicológica que não apresenta sintomas aparentes.

Na terceira oficina, intitulada **"Tipos de violência",** o "Manual do Profissional de Educação para Identificação e Conduta', como também a apostila confeccionada pelos extensionistas proporcionou um momento de reflexão e troca de conhecimentos. Essa troca de informações foi importante porque deixou transparecer o quanto os mitos da violência se fazem presentes na vida das pessoas e são repassados de geração em geração. Ainda segundo colocações das ACS, notamos que elas percebem que o agressor é geralmente a pessoa que sofreu algum tipo de abuso ou maus tratos na infância e que posteriormente continua a reproduzir na maneira de criar e educar seus filhos.

A equipe extensionista, ao conceituar os tipos de violência e pontuar indicadores comportamentais da vítima e familiares, informou os principais sinais físicos deixados pelo agressor no ato da violência. Este momento trouxe elementos que poderão subsidiar os ACS no enfrentamento e combate à violência contra crianças e adolescentes.

A quarta oficina: "**Aproximação com o Estatuto da Criança e do Adolescente",** proporcionou um primeiro contato com o ECA. Serviu de apoio para discutir alguns direitos fundamentais e construir em equipe conhecimentos que nortearão a prática desses profissionais na notificação dos casos de violência intra -familiar contra crianças e adolescentes na sua área de atuação. Houve uma intensa participação dos ACS que trouxeram dúvidas a respeito do ECA e de como proceder em situações de riscos que envolvem crianças e adolescente. A equipe colocou que esta Lei, não trata somente de direitos, mas também de responsabilidades das crianças e adolescentes, o que ajudou a desmistificar a visão das agentes comunitárias de saúde, que o ECA veio para tirar a autoridade dos pais e proporcionar total liberdade as crianças e adolescentes.

Conclusões

Entendemos que essas ações representam uma aproximação dos agentes comunitários de saúde com a temática. A proposta de ação aponta para discussões de forma preventiva, estimulando o interesse das ACSs em participar das atividades e, de forma geral, fortalecer a reflexão sobre a violência e suas conseqüências.

Acreditamos que inserir essa discussão junto as ACSs é trabalhar numa perspectiva de prevenção do fenômeno violência contra crianças e adolescentes. Julgamos que este sub-projeto será capaz de mobilizar esses profissionais para agirem em seus espaços de trabalho, e representar conquistas na diminuição dos índices de violência familiar contra criança e adolescente.

Os resultados foram muito positivos; a equipe extensionista compreende que a função social da extensão é levar conhecimento e reflexão a comunidade, com o objetivo de possibilitar a transformação social e autonomia aos sujeitos envolvidos.

Referências

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei 8.069 de 13 de julho de 1990. Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, Secretaria Municipal de Assistência Social, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Ponta Grossa, 2006.

GUERRA. Viviane Nogueira de Azevedo**. Violência de pais contra filhos**: a tragédia revisitada. 4ª. ed. Revista e ampliada. São Paulo: Cortez, 2001.

RIBEIRO. Marisa Marques. MARTINS. Rosilda Baron. **Violência doméstica contra a criança e o adolescente**: uma realidade velada no ambiente escolar. Curitiba: Juruá, 2004.

SONEGO. Cristiane. MUNHOZ. Divanir Eulália Naressi. **Violência familiar contra crianças e adolescentes**: conceitos, expressões e característica. In: Revista Emancipação. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Departamento de Serviço Social. Ponta Grossa. PR: Ed. UEPG, v.1, 2001.